Editora Solução
a solução para o seu concurso!

BIRIGUI - SP

Agente Comunitário de Saúde

SL-133OT-26
7901183012121

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Interpretação de texto 7
2. Sintaxe: termos da oração; período composto; conceito e classificação das orações 7
3. Concordância verbal e nominal 11
4. Regência verbal e nominal 15
5. Crase 18
6. Pontuação 21
7. Fonologia: conceito; encontros vocálicos; dígrafos; 23
8. Ortoépia; prosódia 25
9. Divisão silábica 26
10. Acentuação 27
11. Ortografia 29
12. Morfologia: estrutura e formação das palavras 33
13. Classes de palavras 38
14. Semântica: a significação das palavras no texto 47

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Análise combinatória e probabilidade 55
2. Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença . 57
3. Geometria plana e espacial 62
4. Trigonometria 73
5. Conjuntos numéricos 76
6. Equações de 1º e 2º grau 92
7. Inequações de 1º e 2º grau 95
8. Funções de 1º e 2º grau 97
9. Geometria analítica 102
10. Matrizes determinantes e sistemas lineares 108
11. Polinômios 114
12. Princípio da Regressão ou Reversão 116
13. Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa; Lógica matemática qualitativa; Tabela verdade 118
14. Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras; Progressões aritmética e geométrica 129
15. Regra de três simples e compostas 132
16. Razões especiais 134

Conhecimentos Gerais

1. Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas a nível municipal, regional e nacional 141

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Conhecimentos Específicos
Agente Comunitário de Saúde

1. Sistema Único de Saúde. Princípios e diretrizes do SUS. Legislação e normas aplicáveis. Lei Federal nº 8.080/1990. Lei Federal nº 8.142/1990 143
2. Atenção Primária à Saúde. Atenção Primária à Saúde e Estratégia Saúde da Família 162
3. Territorialização, população adscrita, vínculo e trabalho em equipe 168
4. Atuação do Agente Comunitário de Saúde. Atribuições e limites de atuação.Cadastramento e atualização das informações. Visita domiciliar. Identificação de situações de risco e vulnerabilidade. Orientação sobre acesso aos serviços de saúde.. 172
5. Promoção, prevenção e educação em saúde. Ações educativas individuais e coletivas. Saúde nos diferentes ciclos de vida. Imunização. Condições crônicas prioritárias 176
6. Vigilância em Saúde. Vigilância epidemiológica e ambiental 180
7. Busca ativa e notificação..... 182
8. Doenças transmissíveis, arboviroses e zoonoses de interesse da Atenção Primária 186
9. Registros e informações em saúde. Registros das ações e visitas. Sistemas de informação e indicadores básicos..... 190
10. Sigilo e qualidade das informações..... 194
11. Lei Federal nº 11.350/2006 e alterações 198
12. Política Nacional de Atenção Básica – PNAB, nos aspectos pertinentes às atribuições do Agente Comunitário de Saúde. 204

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A interpretação de texto exige a ativação dos conhecimentos preliminares que cada indivíduo detém antes de realizar a leitura de num novo texto; além disso, a interpretação tem como pressuposto que a aquisição de uma nova informação correlaciona-se com o conteúdo previamente adquirido, proporcionando ampliação do saber do leitor.

Por último, a interpretação do texto tem como objetivo também uma apreciação crítica e individual da leitura no novo texto, influenciando o leitor de alguma forma. Para isso, podem ser feitos três tipos de leitura antes de se chegar à leitura interpretativa. São eles: leitura prévia, leitura seletiva e leitura analítica.

- **Identificação do sentido global de um texto**

Esse é o objetivo da primeira leitura do texto, que precisa ser realizada sem qualquer intermissão e com tranquilidade. No primeiro contato com o texto, é necessário, apenas, identificar as ideias principais, procurando entender o sentido global do texto e reconhecer o seu objetivo. Compreender o texto em sua totalidade ou o significado de cada palavra não é fundamental nesse momento.

- **Identificação de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa)**

Em uma nova leitura, ficará mais fácil fazer a identificação das principais ideias de cada um dos parágrafos e entender como o texto se desenvolve (a relação que os diversos conceitos estabelecem entre si). Nesse momento, é também fundamental fazer a separação entre fatos e opiniões. Aqui, o leitor deverá distinguir de forma clara o que é verdadeiro, comprovável e o objetivo daquilo que é uma mera opinião. É preciso que o leitor também possa fazer uma distinção entre as suas próprias ideias e das ideias do autor do texto, sendo que as suas não poderão refutar ou prevalecer sobre os conceitos apresentadas no texto. Basicamente, esse é o momento de fazer a relação das ideias e dos contextos presentes no texto com o mundo real.

- **Síntese do texto**

Reescrever o texto com suas próprias palavras é uma ótima estratégia para memorização e melhor entendimento. Além dos resumos, pode-se fazer esquemas e tópicos para relacionar as ideias predominantes. Em outras palavras, sintetizar é parafrasear todo o conteúdo do texto, fazendo reflexões próprias acerca das ideias transmitidas pelo autor.

- **Adaptação e reestruturação do texto para novos fins retóricos**

Para uma interpretação mais profunda e precisa, pode-se realizar a análise dos termos e palavras em fontes diversas, como propagandas, músicas, provérbios e ditados; analisar as informações em estruturas como tabelas, mapas, gráficos e diagramas; usar métodos que auxiliem na diversificação lexical, explorando, por exemplo, os sinônimos e os antônimos; fazer atividades como jogos, palavras cruzadas, entre outros.

SINTAXE: TERMOS DA ORAÇÃO; PERÍODO COMPOSTO; CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DAS ORAÇÕES

Sintaxe é a área da Gramática que se dedica ao estudo da ordenação das palavras em uma frase, das orações em um discurso e também da coerência (relação lógica) que estabelecem entre si.

Sempre que uma frase é construída, é fundamental que ela contenha algum sentido para que possa ser compreendida pelo receptor. Por fazer a mediação da combinação entre palavras e orações, a sintaxe é essencial para que essa compreensão se efetive. Para que se possa compreender a análise sintática, é importante retomarmos alguns conceitos, como o de frase, oração e período. Vejamos:

Frase

Trata-se de um enunciado que carrega um sentido completo e possui sentido integral, podendo ser constituído por uma ou várias palavras, além disso, pode conter verbo (frase verbal) ou não (frase nominal). Uma frase pode exprimir ideias, sentimentos, apelos ou ordens.

Ex.:

"Saia!", "O presidente vai fazer seu discurso.",

"Atenção!", "Que horror!".

A ordem das palavras é associada à pontuação apropriada, além de ser fundamental para a compreensão da informação escrita e deve seguir os padrões da Língua Portuguesa. Observe que a frase "*A professora já vai falar.*" pode ser modificada para: "*Já vai falar a professora.*" sem que haja prejuízo de sentido. No entanto, a construção "*Falar a já professora vai.*", apesar da combinação das palavras, não poderá ser compreendida pelo interlocutor.

Oração

É uma unidade sintática que se estrutura em torno de um verbo ou de uma locução verbal. Uma frase pode ser uma oração, desde que tenha um verbo e um predicado; quanto ao sujeito,

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

nem sempre consta em uma oração, assim como o sentido completo. O importante é que seja compreensível pelo receptor da mensagem. Analise, abaixo, uma frase que é oração com uma que não é.

1 – "Silêncio!": *É uma frase, mas não uma oração, pois não contém verbo.*

2 – "Eu quero silêncio.": *A presença do verbo classifica a frase como oração.*

- **Unidade sintática (ou termo sintático)**

A sintaxe de uma oração é formada por cada um dos termos, os quais, por sua vez, estabelecem relação entre si para dar sentido à frase.

No exemplo supracitado, a palavra "quero" deve unir-se às palavras "Eu" e "silêncio" para que o receptor compreenda a mensagem.

Dessa forma, cada palavra desta oração recebe o nome de termo ou unidade sintática, desempenhando, cada qual, uma função sintática diferente.

- **Classificação das orações:**

As orações podem ser simples ou compostas. Oração é unidade com verbo; período é que pode ser simples ou composto. Analise os exemplos e perceba que a oração composta tem duas frases, e cada uma tem seu próprio sentido.

▪ **Oração simples:** "Eu quero silêncio."

▪ **Oração composta:** "Eu quero silêncio para poder ouvir o noticiário".

PERÍODO

A construção é composta por uma ou mais orações, sempre com sentido completo. Assim como as orações, o período também pode ser simples ou composto, diferenciando-se pelo número de orações que apresenta: o período simples contém apenas uma oração, e o composto mais de uma. Lembrando que a oração é uma frase que contém um verbo. Assim, para não ter dúvidas quanto à classificação, basta contar quantos verbos existem na frase.

▪ **Período simples:** "Resolvo esse problema até amanhã." - apresenta apenas um verbo.

▪ **Período composto:** Resolvo esse problema até amanhã ou ficarei preocupada." - contém dois verbos.

- **Análise Sintática**

É o nome que se dá ao processo que serve para esmiuçar a estrutura de um período e das orações que o compõem.

▪ **Termos da oração:** é o nome dado às palavras que atribuem sentido a uma frase verbal. A reunião desses elementos forma o que chamamos de estrutura de um período. Os termos essenciais subdividem-se em: essenciais, integrantes e acessórios. Acompanhe a seguir as especificidades de cada tipo.

- **Termos Essenciais (ou fundamentais) da oração**

▪ **Sujeito e Predicado:** enquanto um é o ser sobre quem/o qual se declara algo, o outro é o que se declara sobre o sujeito e, por isso, sempre apresenta um verbo ou uma locução verbal, como nos respectivos exemplos a seguir:

Ex.: *em "Fred fez um lindo discurso.", o sujeito é "Fred", que "fez um lindo discurso" (é o restante da oração, a declaração sobre o sujeito).*

Nem sempre o sujeito está no início da oração (sujeito direto), podendo apresentar-se também no meio da fase ou mesmo após o predicado (sujeito inverso). Veja um exemplo para cada um dos respectivos casos:

"Fred fez um lindo discurso."
"Um lindo discurso Fred fez."
"Fez um lindo discurso, Fred."

▪ **Sujeito determinado:** é aquele identificável facilmente pela concordância verbal.

Ex.: *Laura escreve bem.*

▪ **Sujeito determinado simples:** possui apenas um núcleo ligado ao verbo.

Ex.: *"Júlia passou no teste".*

▪ **Sujeito determinado composto:** possui dois ou mais núcleos.

Ex.: *"Júlia e Felipe passaram no teste."*

▪ **Sujeito determinado implícito:** não aparece facilmente na oração, mas a frase é dotada de entendimento.

Ex.: *"Passamos no teste." Aqui, o termo "nós" não está explícito na oração, mas a concordância do verbo o destaca de forma indireta.*

▪ **Sujeito indeterminado:** é o que não está visível na oração e, diferente do caso anterior, não há concordância verbal para determiná-lo.

Esse sujeito pode aparecer com:

- **Verbo na 3ª pessoa do plural:**

Ex.: *"Reformaram a casa velha".*

- **Verbo na 3ª pessoa do singular + pronome "se":**

"Contrata-se padeiro".

▪ **Orações sem sujeito:** são compostas somente por predicado e sua mensagem está centralizada no verbo, que é impessoal. Essas orações podem ter verbos que constituam fenômenos da natureza ou os verbos ser, estar, haver e fazer quando indicativos de fenômeno meteorológico ou tempo. Observe os exemplos:

"Choveu muito ontem".
"Era uma hora e quinze".
"Comer frutas faz bem à saúde".

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE

Análise Combinatória

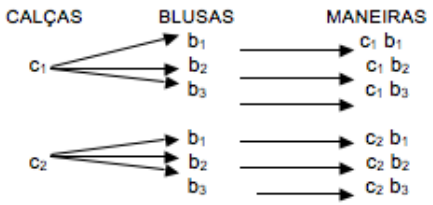
A Análise Combinatória é a área da Matemática que trata dos problemas de contagem.

Princípio Fundamental da Contagem

Estabelece o número de maneiras distintas de ocorrência de um evento composto de duas ou mais etapas.

Se uma decisão E1 pode ser tomada de n1 modos e, a decisão E2 pode ser tomada de n2 modos, então o número de maneiras de se tomarem as decisões E1 e E2 é n1.n2.

Exemplo:



O número de maneiras diferentes de se vestir é: 2(calças). 3(blusas) = 6 maneiras

Fatorial

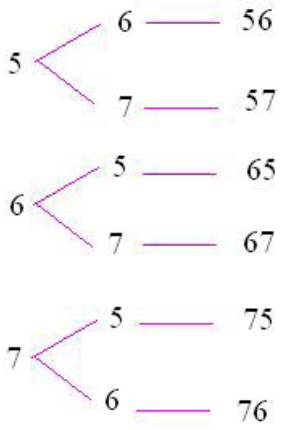
É comum nos problemas de contagem, calcularmos o produto de uma multiplicação cujos fatores são números naturais consecutivos. Para facilitar adotamos o fatorial.

n! = n(n - 1)(n - 2)... 3 . 2 . 1, (n ∈ N)

Arranjo Simples

Denomina-se arranjo simples dos n elementos de E, p a p, toda sequência de p elementos distintos de E.

Exemplo: *Usando somente algarismos 5, 6 e 7. Quantos números de 2 algarismos distintos podemos formar?*



Observe que os números obtidos diferem entre si:

Pela ordem dos elementos: 56 e 65

Pelos elementos componentes: 56 e 67

Cada número assim obtido é denominado arranjo simples dos 3 elementos tomados 2 a 2.

Indica-se **A3,2:**

$$A_{n,p} = \frac{n!}{(n-p)!}$$

Permutação Simples

Chama-se permutação simples dos n elementos, qualquer agrupamento(sequência) de n elementos distintos de E.

O número de permutações simples de n elementos é indicado por Pn.

Pn = n!

Exemplo:

Quantos anagramas tem a palavra CHUVEIRO?

Solução

A palavra tem 8 letras, portanto:

P8 = 8! = 8 . 7 . 6 . 5 . 4 . 3 . 2 . 1 = 40320

Permutação com elementos repetidos:

De modo geral, o número de permutações de n objetos, dos quais n1 são iguais a A, n2 são iguais a B, n3 são iguais a C etc.

$$P_n^{n_1,n_2,n_3 \ldots n_k} = \frac{n!}{n_1!\, n_2!\, n_3! \ldots n_k!} \; n \in N \; e \; n_1, n_2, \ldots n_k \; \in N^*$$

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Exemplo:
Quantos anagramas tem a palavra PARALELEPÍPEDO?

Solução:
Se todos as letras fossem distintas, teríamos 14! Permutações. Como temos uma letra repetida, esse número será menor.

Temos 3P, 2A, 2L e 3 E:

$$P_{14}^{2,2,3,3} = \frac{14!}{2!.2!.3!.3!} = \frac{14.13.12.11.10.9.8.7.6.5.4.3.2.1}{2.2.6.6} = 605404800$$

- **Combinação Simples**

Dado o conjunto {a1, a2, ..., an} com n objetos distintos, podemos formar subconjuntos com p elementos. Cada subconjunto com i elementos é chamado combinação simples.

$$C_{n,p} = \frac{n!}{p!\,(n-p)!}$$

Exemplo: *Calcule o número de comissões compostas de 3 alunos que podemos formar a partir de um grupo de 5 alunos.*

Solução:

$$C_{5,3} = \frac{5!}{3!\,(5-3)!} = \frac{5!}{3!.2!} = \frac{5.4.3!}{3!.2!} = 10$$

- **Números Binomiais**

O número de combinações de n elementos, tomados p a p, também é representado pelo número binomial $\binom{n}{p}$.

$$\binom{n}{p} = \frac{n!}{p!\,(n-p)!}, n \geq p \geq 0$$

Binomiais Complementares:
Dois binomiais de mesmo numerador em que a soma dos denominadores é igual ao numerador são iguais:

$$\binom{n}{p} = \binom{n}{n-p}$$

PROBABILIDADE

- **Experimento Aleatório**

Qualquer experiência ou ensaio cujo resultado é imprevisível, por depender exclusivamente do acaso, por exemplo, o lançamento de um dado.

- **Espaço Amostral**

Num experimento aleatório, o conjunto de todos os resultados possíveis é chamado espaço amostral, que se indica por E.

No lançamento de um dado, observando a face voltada para cima, tem-se:
E={1,2,3,4,5,6}

No lançamento de uma moeda, observando a face voltada para cima:
E={Ca,Co}

- **Evento**

É qualquer subconjunto de um espaço amostral.
No lançamento de um dado, vimos que
E={1,2,3,4,5,6}

Esperando ocorrer o número 5, tem-se o evento {5}: Ocorrer um número par, tem-se {2,4,6}.

Exemplo:
Considere o seguinte experimento: registrar as faces voltadas para cima em três lançamentos de uma moeda.

a) Quantos elementos tem o espaço amostral?
b) Descreva o espaço amostral.

Solução:
a) O espaço amostral tem 8 elementos, pois cada lançamento, há duas possibilidades.

2x2x2=8

b)
E = {(C, C, C), (C,C,R),(C,R,C),(R,R,C),(R,C,R),(C,R,R),(R,R,R)}

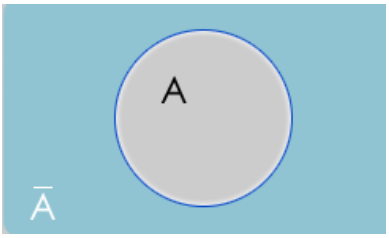
- **Probabilidade**

Considere um experimento aleatório de espaço amostral E com n(E) amostras equiprováveis. Seja A um evento com n(A) amostras.

$$P(A) = \frac{n(A)}{n(E)}$$

- **Eventos complementares**

Seja E um espaço amostral finito e não vazio, e seja A um evento de E. Chama-se complementar de A, e indica-se por $\sqrt{2}$, o evento formado por todos os elementos de E que não pertencem a A.



Note que $A \cap \overline{A} = \emptyset \; e \; A \cup \overline{A} = E$

$$n(A) + n(\overline{A}) = n(E) \therefore P(A) + P(\overline{A}) = 1$$

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS GERAIS

DOMÍNIO DE TÓPICOS RELEVANTES DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO: POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA, ENERGIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, SEGURANÇA, ARTES E LITERATURA E SUAS VINCULAÇÕES HISTÓRICAS A NÍVEL MUNICIPAL, REGIONAL E NACIONAL

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certeiro.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

ANOTAÇÕES

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS. LEGISLAÇÃO E NORMAS APLICÁVEIS. LEI FEDERAL Nº 8.080/1990. LEI FEDERAL Nº 8.142/1990

O Sistema Único de Saúde (SUS) é reconhecido como um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo. Criado pela Constituição Federal de 1988, o SUS tem como base o princípio de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Esse marco legal estabeleceu um modelo que visa garantir o acesso universal e gratuito a serviços de saúde, abrangendo desde a atenção básica até procedimentos de alta complexidade.

No entanto, garantir que um sistema dessa magnitude funcione de maneira eficiente não é uma tarefa simples. A gestão do SUS envolve a coordenação de milhares de unidades de saúde, a administração de grandes volumes de recursos financeiros e humanos, além de lidar com as demandas e necessidades de uma população diversa e extensa como a brasileira. Para isso, é essencial que os princípios e diretrizes do sistema sejam observados com rigor, permitindo que a saúde pública atenda suas finalidades com qualidade e equidade.

A gestão do SUS é um tema central para aqueles que buscam compreender como se dá o funcionamento dos serviços de saúde no Brasil, especialmente no contexto de concursos públicos. Conhecer sua estrutura organizacional, as formas de financiamento, os mecanismos de controle e avaliação, bem como os desafios enfrentados pelo sistema, é fundamental para entender como ele opera e como pode ser melhorado.

Princípios e Diretrizes do SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) é regido por uma série de princípios e diretrizes que orientam sua organização e funcionamento. Esses elementos fundamentais foram estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), com o intuito de garantir que o sistema seja capaz de atender às necessidades de saúde da população de maneira justa e eficaz. A compreensão desses princípios é essencial para entender como o SUS é gerido e como ele busca assegurar o direito à saúde.

- **Princípios Doutrinários**

Os princípios doutrinários são aqueles que orientam o conceito e os objetivos fundamentais do SUS. Eles estabelecem as bases éticas e filosóficas que guiam a prestação de serviços de saúde no Brasil. Os três principais princípios doutrinários do SUS são:

Universalidade:

Esse princípio determina que todos os cidadãos têm direito ao acesso aos serviços de saúde, independentemente de sua condição socioeconômica, idade ou localização geográfica. A universalidade implica que o SUS deve estar disponível para todos, sem discriminação, garantindo a saúde como um direito humano básico.

Integralidade:

A integralidade refere-se à oferta de cuidados de saúde de forma completa, ou seja, levando em conta todos os aspectos das necessidades de saúde dos indivíduos. Esse princípio visa garantir que os serviços prestados não sejam fragmentados, mas abordem as diversas dimensões da saúde, desde a prevenção até a reabilitação, considerando o indivíduo como um todo.

Equidade:

Diferente de igualdade, a equidade implica que os recursos e serviços de saúde devem ser distribuídos de acordo com as necessidades específicas de cada indivíduo ou grupo. A ideia é que aqueles que mais necessitam de cuidados, como populações vulneráveis, tenham prioridade no acesso aos serviços. Isso busca corrigir as desigualdades sociais e regionais no acesso à saúde.

- **Diretrizes Organizativas**

Além dos princípios doutrinários, o SUS é organizado de acordo com diretrizes que orientam como o sistema deve ser estruturado e gerido em todo o território nacional. Essas diretrizes garantem que o SUS funcione de forma eficiente, descentralizada e participativa. As principais diretrizes organizativas são:

Descentralização:

A descentralização tem como objetivo distribuir as responsabilidades pela gestão do SUS entre as três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Isso permite que as decisões sejam tomadas mais próximas da população, levando em conta as necessidades locais. A descentralização fortalece a autonomia dos estados e municípios na organização dos serviços de saúde.

Regionalização:

O princípio da regionalização implica que os serviços de saúde devem ser organizados de maneira a garantir a articulação entre os diferentes níveis de complexidade, desde a atenção básica até os serviços de alta complexidade. A regionalização permite que as redes de atenção à saúde sejam organizadas por regiões, de forma a otimizar os recursos e evitar a duplicação de serviços, garantindo acesso eficiente e contínuo.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Hierarquização:

A hierarquização complementa a regionalização, definindo que os serviços de saúde devem estar organizados em níveis de complexidade, desde a atenção primária até os cuidados especializados. A ideia é que o paciente seja inicialmente atendido na atenção básica, que funciona como porta de entrada, e seja encaminhado, conforme a necessidade, para outros níveis de atendimento.

Participação Social:

A participação da população na formulação e controle das políticas públicas de saúde é um dos pilares do SUS. Por meio dos conselhos e conferências de saúde, a sociedade tem o direito de influenciar e fiscalizar a gestão do sistema. Isso garante maior transparência e adequação das políticas de saúde às reais necessidades da população.

- **A Importância dos Princípios e Diretrizes para a Gestão do SUS**

Os princípios e diretrizes do SUS não são apenas orientações abstratas, mas sim elementos que influenciam diretamente a gestão do sistema. A universalidade, por exemplo, impõe desafios para garantir que o sistema cubra toda a população de forma eficaz, enquanto a integralidade exige que os gestores pensem no atendimento de saúde de forma ampla, englobando todos os aspectos do bem-estar físico e mental.

A descentralização, regionalização e hierarquização, por sua vez, são diretrizes que impactam diretamente a organização dos serviços de saúde, tornando a gestão um processo complexo e dinâmico. A descentralização, por exemplo, exige uma coordenação eficaz entre as três esferas de governo, enquanto a regionalização e a hierarquização demandam um planejamento cuidadoso para garantir que os recursos e serviços sejam distribuídos de maneira equilibrada e eficiente entre as diferentes regiões e níveis de atendimento.

Por fim, a participação social é uma ferramenta poderosa de controle e aprimoramento da gestão, permitindo que a população atue diretamente na formulação e na fiscalização das políticas de saúde. A presença dos conselhos de saúde em todos os níveis de governo é um exemplo concreto de como a gestão do SUS pode ser mais transparente e democrática.

Com base nesses princípios e diretrizes, a gestão do SUS busca alcançar o equilíbrio entre a oferta de serviços de saúde, a eficiência na alocação de recursos e a garantia dos direitos dos cidadãos, sempre respeitando as características e necessidades específicas da população brasileira.

Estrutura Organizacional do SUS

A estrutura organizacional do Sistema Único de Saúde (SUS) foi concebida para garantir que os serviços de saúde cheguem de maneira eficiente e organizada a todos os brasileiros, respeitando a grande diversidade regional e as particularidades das necessidades de saúde da população.

Para isso, o SUS adota uma estrutura descentralizada e integrada, com responsabilidades compartilhadas entre os governos federal, estadual e municipal. Esse modelo busca equilibrar a coordenação central com a autonomia local, promovendo uma gestão mais próxima das realidades regionais.

- **Níveis de Gestão: Federal, Estadual e Municipal**

A organização do SUS está baseada em três níveis de gestão: federal, estadual e municipal. Cada um desses níveis tem responsabilidades específicas, porém interdependentes, para garantir o funcionamento do sistema de forma articulada.

Nível Federal:

O Ministério da Saúde é a instância central da gestão do SUS em nível federal. Ele é responsável por formular políticas públicas de saúde, definir diretrizes nacionais, financiar boa parte das atividades e serviços do SUS e coordenar ações de saúde pública em âmbito nacional. Além disso, o Ministério da Saúde supervisiona a execução dos programas de saúde e é responsável pela distribuição de recursos financeiros aos estados e municípios. Também coordena campanhas nacionais de saúde, como vacinação, e regulamenta a atuação das agências reguladoras, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Nível Estadual:

As Secretarias Estaduais de Saúde atuam como intermediárias entre o Ministério da Saúde e os municípios. Elas têm a responsabilidade de organizar a rede estadual de saúde, coordenando os serviços de média e alta complexidade, como hospitais regionais e unidades especializadas. Além disso, as secretarias estaduais colaboram com a gestão dos recursos destinados às regiões e supervisionam a aplicação das políticas de saúde nos municípios. Os estados também desempenham um papel crucial na regionalização dos serviços de saúde, organizando redes de atenção que integram municípios dentro de regiões específicas.

Nível Municipal:

No nível municipal, as Secretarias Municipais de Saúde têm a responsabilidade pela gestão direta dos serviços de saúde na atenção básica, como Unidades Básicas de Saúde (UBS) e programas de saúde da família. Os municípios são os responsáveis mais próximos da população, coordenando ações de promoção, prevenção e assistência à saúde. A descentralização permite que as secretarias municipais adaptem as políticas de saúde às realidades locais, o que pode garantir uma maior eficiência e eficácia no atendimento às necessidades específicas da população.

Mecanismos de Articulação e Coordenação: A Comissão Intergestores Tripartite (CIT)

A gestão descentralizada do SUS demanda um alto nível de articulação entre as esferas federal, estadual e municipal. Para garantir essa coordenação, foi criada a Comissão Intergestores Tripartite (CIT). A CIT é um espaço de negociação permanente entre as três esferas de governo, onde são discutidas e pactuadas as responsabilidades e as diretrizes que orientam a execução das políticas de saúde.

A CIT é composta por representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS). A principal função dessa comissão é garantir que as decisões sobre a gestão do SUS sejam tomadas de forma

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.